

Carta veta contratos de

José Paulo

ame X

ca

30/4/88, SÁBADO • 3

risco às multinacionais

Josemar Gonçalves



A Constituinte rejeitou ontem, por 232 votos contra 72 e 14 abstenções emenda do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), do Centrão,

que permitia a participação de empresas multinacionais nos contratos de risco para exploração e pesquisa de petróleo. Assim, foi restabelecido o monopólio da União, suspenso pelo então presidente Ernesto Geisel, em 1975.

Após a promulgação da nova Constituição, somente a distribuição de derivados de petróleo não será monopólio da Petrobrás. O plenário decidiu que o assunto não fará parte da Carta, permitindo a continuidade das empresas multinacionais no setor.

Navegação

Também nas votações de ontem foi aprovada emenda de fusão que estabelece a predominância de navios nacionais no transporte marítimo de mercadorias para importação ou exportação. A proposta foi aprovada por 321 votos contra dois e sete abstenções.

Segundo um dos autores da emenda, o deputado Gastone Righi (PTB-SP), o dispositivo visa reduzir gastos de US\$ 5 bilhões por ano com a importação e exportação de mercadorias pagas aos transportadores estrangeiros.

«Além disso, a medida vai incentivar a construção naval e a Marinha Mercante Brasileira, que chegou a ser a segunda do mundo, entre as décadas de 60 e 70. Atualmente, ela não deve estar nem na lista das 10 maiores do mundo», lamentou Righi.

O plenário aprovou ainda, por 336 votos contra 19 e 16 abstenções, emenda dos deputados Raimundo Bezerra (CE) e Rose de Freitas (ES), ambos do PMDB, nacionalizando a navegação de cabotagem (litorânea) e a de interior, ressaltando os casos de necessidade pública que a lei dispuser.

Micro

Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte, foi aprovada, por 362 votos contra um e três abstenções, emenda que dá a elas tratamento jurídico diferenciado visando incentivá-las através da simplificação de suas obrigações administrativas, tributáveis, previdenciárias e creditícias, ou da eliminação ou redução destas por meio de lei. A proposta foi suscitada pelo senador Mário Covas; pelos deputados Edivaldo Motta, João Rezek, todos do PMDB, e por Adroaldo Streck, do PDT.

Em contrapartida, foi rejeitada, por 271 votos contra 53 e nove abstenções, emenda do senador Affonso Camargo (PTB-PR) prevendo que o limite do faturamento que definiria a microempresa fosse fixado nacionalmente.

Votação

Na segunda-feira a votação recomeça às 14h30, com a apreciação da emenda do deputado Fernando Lyra (sem partido-PE) determinando que as atividades de aerolevantamento serão reguladas por lei federal, sendo vedada a atuação de empresas estrangeiras, salvo mediante autorização do Congresso Nacional, condicionada à cláusula de reciprocidade.

A proposta do deputado de Pernambuco chegou a ser votada ontem, mas devido à falta de quorum no plenário sua apreciação foi transferida para a sessão de depois de amanhã.

A Nova Carta

Integra do que foi aprovado ontem:
Título VII — Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo I — Dos Princípios Gerais, da Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

Art. 206 (...)

Parágrafo (...) O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas, vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural. (Este dispositivo, assim como o anterior, publicado ontem, ainda não tem sua numeração definitiva, embora já esteja aprovado)

Art. 207 — A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreos, terrestres e marítimos.

Parágrafo 1º — A ordenação do transporte marítimo internacional cumprirá os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.

Parágrafo 2º — A lei disporá sobre a predominância dos armadores nacionais e navios de bandeira e registro brasileiros e do país exportador ou importador, bem como sobre o transporte de graneis.

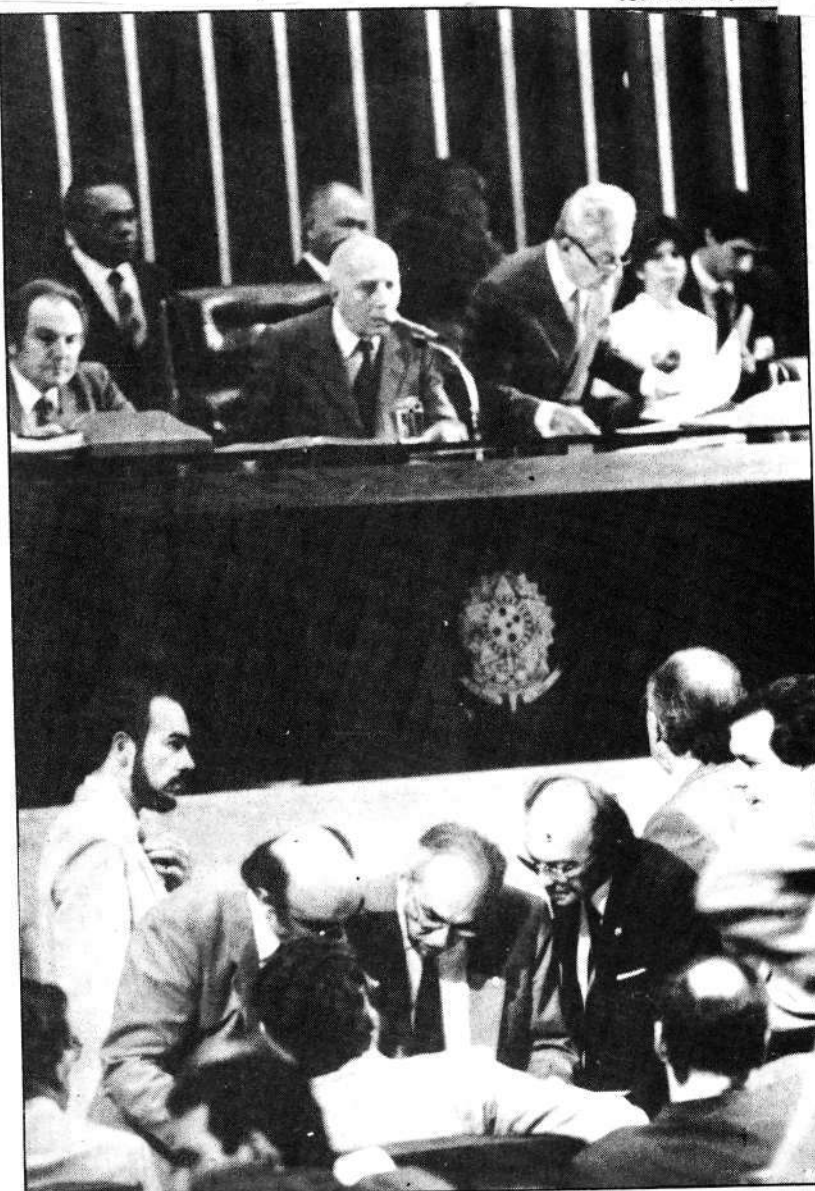
Art. 208 — Serão brasileiros os armadores e proprietários, bem como os comandantes e dois terços pelo menos dos tripulantes de embarcações nacionais.

Parágrafo 1º — A lei regulará a utilização das embarcações de pesca e outras.

Parágrafo 2º — A navegação de cabotagem é a interior das privativas de embarcações nacionais, segundo dispuser a lei, salvo o caso de necessidade pública.

Art. 209 — A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 210 — As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las, através da simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou de eliminação ou redução destas por meio de lei.



O presidente Ulysses Guimarães acha bom o andamento da Carta Desde 76, pouco sucesso

Fredy Krause

Dos 246 contratos de risco firmados desde 1976, só dois resultaram, até agora, em indícios de petróleo ou gás na plataforma continental brasileira. O primeiro deles, na baía de Santos, onde a norte-americana Pecten realizou prospecções, resultou em indícios de gás.

Agora, a empresa está negociando com a Petrobrás o aproveitamento comercial da descoberta. O segundo é um contrato firmado pela também norte-americana Texaco com a Petrobrás. A concessionária do contrato localizou oito pontos, na Ilha de Marajó (PA), com perspectivas de existência de petróleo ou gás.

Conforme informou ontem o porta-voz do Ministério das Minas e Energia, Paterson Pereira, o primeiro dos furos que a Texaco está realizando na área já chegou a uma profundidade de 4.300 metros, ainda sem encontrar combustível. A empresa pretende chegar a uma

profundidade máxima de 5.500 metros.

700 milhões

Os 246 contratos já resultaram em investimentos de aproximadamente US\$ 700 milhões em pesquisas e perfurações, pagos pelas concessionárias. Do total desses contratos, só uns 70 ainda estão em execução, porque as demais empresas foram abandonando as áreas, quando nada nelas descobriam.

Autorizados pelo ex-presidente Ernesto Geisel em 1975, os contratos de risco começaram a funcionar efetivamente em 9 de outubro de 1976, quando o primeiro deles foi assinado. Até agora, a Petrobrás não teve despesas com eles, pois ainda não ressarcou nenhuma empresa pela descoberta de minerais. Nos casos de descobertas e de acordo sobre sua exploração comercial, a Petrobrás ressarcirá a concessionária, a qual também fará jus a um percentual do petróleo ou gás extraído. Essa percentual varia de contrato para contrato e é um segredo guardado a sete chaves pelos contratantes.

Nova ordem agrada Aureliano

«Se eu fosse constituinte votaria da mesma forma que a maioria da Assembléia está votando, no tocante ao capítulo da Ordem Econômica da nova Constituição brasileira».

Esse foi o comentário, enfático, feito ontem pelo ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, ao falar da aprovação de dispositivo, considerado nacionalista, sobre aproveitamento do potencial de energia hidráulica e pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais no País.

«A meu ver — salientou Aureliano — preservou-se, com isso, o interesse nacional. O Brasil não fechou o caminho ao ingresso de capital estrangeiro e aceita os recursos externos que se dispõem, no entanto, a colaborar para nosso desenvolvimento».

Referindo-se ainda à Constituição, enalteceu o ministro o fato de que a Assembléia não havia «precipitadamente aprovado a nacionalização da distribuição de derivados de petróleo».

«Da mesma forma — frisou — merece destaque a decisão dos constituintes de proibirem novos contratos de risco, no futuro, mas sem tocarem nos que estão em funcionamento».

Dentro das novas diretrizes constitucionais, no entanto, Aureliano acha indispensável que se aperfeiçoe a legislação ordinária sobre pesquisa e lavra de recursos minerais. Contou ele que, hoje, por defeitos da legislação, existem cen-

tenas e centenas de concessões de alvarás de pesquisa, que, no entanto, não são utilizados. «Os interessados — disse ele — sentam em cima do alvará e nada produzem. Em que isso ajuda a desenvolver o Brasil?»

A propósito da política brasileira de petróleo, cujo monopólio foi preservado pela Constituinte — medida a seu ver também correta — Aureliano afirmou ser «da maior importância para o País que tenhamos reservas petrolíferas, como um grande pulmão capaz de proteger o Brasil».

A seu ver, o argumento de que tais riquezas poderão ser superadas por avanços tecnológicos não procede. «Os Estados Unidos — lembrou Aureliano — fecharam seus poços e estão comprando petróleo no mercado internacional, pois isso é mais vantajoso para os americanos».

Opiniões

Tais opiniões de Aureliano foram externadas após a solenidade comemorativa do 50º aniversário de criação do Conselho Nacional do Petróleo. Na mesma ocasião, comentaram o desenrolar da votação da ordem econômica, na Constituinte, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, e o ex-ministro da Marinha, almirante Maximiano da Fonseca.

O ministro da Aeronáutica lembrou que, no passado, por falta de medidas de proteção a importantes riquezas nacionais, muitas delas chegaram quase à exaustão.

Delfim denuncia "grupelhos"

São Paulo — «Não se pode fazer uma Constituição simplesmente com o coração. A Constituição tem que ser feita com a razão, voltada para o interesse da nação e não para os interesses de grupinhos e de grupelhos» — desabafou ontem em São Paulo o constituinte Delfim Netto (PDS-SP). O deputado denunciou a engrenagem que foi montada em Brasília para servir de apoio ao lobby dos interessados em afastar do País os investimentos estrangeiros. «Foi um conluio» — disse o deputado, ao criticar inclusive os membros do Conselho de Segurança, que «pensam que detêm o monopólio do patriotismo».

Delfim Netto afirmou: «O que

está acontecendo na Constituinte é uma coisa terrível». E depois, para efeito de exemplificação, comparou o constituinte que bate no péito e diz: «Eu sou patriota com o hábito de um cachorro que procura um poste para fazer o seu xixi». Segundo Delfim, tanto o parlamentar desse tipo, como o cachorrinho buscam seu espaço: «Cada grupo foi lá e fez o seu xixi neste e saiu gritando: este poste é meu». Como ex-ministro da área econômica por várias vezes, conhecedor dos problemas nacionais e constituinte, Delfim Netto lembrou a existência de muitas empresas de capital estrangeiro no Brasil que estão produzindo até para exportação.